

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS
PROFNIT

RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO

Gestão Estratégica do Portfólio de Patentes da UFAM

Fluxo decisório para depósito, manutenção, priorização e abandono de pedidos de patente

Produto Técnico Tecnológico | Ferramenta de apoio à decisão para gestores de propriedade intelectual em universidades públicas

Sâmya Raquel Araújo Cordeiro
Andrea Viviana Waichman
Dalton Chaves Vilela Júnior

Manaus, 2026

1. Para que serve este relatório

Este Relatório Técnico Conclusivo apresenta uma proposta de fluxo institucional para apoiar decisões sobre depósito, manutenção, priorização e abandono de pedidos de patente no âmbito da Universidade Federal do Amazonas. O documento foi elaborado para auxiliar gestores de propriedade intelectual, equipes de Núcleos de Inovação Tecnológica e instâncias deliberativas na tomada de decisão baseada em critérios técnicos, mercadológicos, econômicos e estratégicos.

O foco do relatório não é apenas descrever o portfólio existente, mas oferecer um instrumento aplicável à rotina institucional, capaz de reduzir decisões reativas, racionalizar custos, aumentar a rastreabilidade dos processos e fortalecer a governança da inovação.

Mensagem central

A descontinuidade de um pedido de patente não deve ser tratada como fracasso. Quando fundamentada, documentada e deliberada institucionalmente, ela é uma prática legítima de gestão estratégica do portfólio e de responsabilidade no uso de recursos públicos.

Entrega do RTC	Utilidade para o gestor
Diagnóstico do fluxo atual	Identifica lacunas no processo de depósito, acompanhamento e reavaliação de pedidos de patente.
Painel do portfólio	Permite visualizar gargalos, concentração de arquivamentos, ativos concedidos e pedidos em análise.
Ficha de Apoio à Decisão	Padroniza critérios para manter, condicionar ou abandonar ativos de propriedade intelectual.
Fluxo decisório aprimorado	Define etapas, responsáveis, momentos de análise e instância de deliberação.
Plano de implementação	Orienta como incorporar a rotina de avaliação à gestão institucional do NIT.

2. Sumário executivo

Concedidas UFAM	Concedidas em cotitularidade	Arquivadas	Indeferidas	Numeração anulada	Em análise
3%	13%	30%	18%	17%	18%
Baixa conversão em ativos exclusivos	Gestão compartilhada	Principal gargalo	Fragilidade técnica ou estratégica	Problemas formais ou processuais	Estoque pendente

O diagnóstico do portfólio da UFAM, considerando o período de 2001 a 2026, indica que a maior parte dos pedidos não se converte em ativos concedidos. O percentual expressivo de processos arquivados, indeferidos ou com numeração anulada sugere a necessidade de fortalecer a triagem inicial, a análise de suficiência descritiva, a avaliação mercadológica e a reavaliação periódica do portfólio.

Antes: lógica predominantemente procedimental	Depois: lógica estratégica de gestão
Ênfase no depósito e no acompanhamento administrativo	Ênfase na seleção, priorização e reavaliação dos ativos
Manutenção por inércia ou por ausência de rotina decisória	Manutenção justificada por evidências técnicas, econômicas e institucionais
Critérios dispersos ou não formalizados	Critérios organizados em matriz de decisão
Baixa rastreabilidade das decisões	Registro formal das justificativas e deliberações
Abandono como consequência administrativa	Abandono como decisão estratégica e motivada

3. O problema de gestão

A gestão de portfólios de patentes em universidades públicas enfrenta um desafio recorrente: decidir quais tecnologias devem ser protegidas, quais devem permanecer no portfólio e quais devem ser descontinuadas. Em muitos NITs, essa decisão ainda ocorre de forma reativa, condicionada por prazos administrativos, custos de anuidades ou manifestação pontual dos inventores.

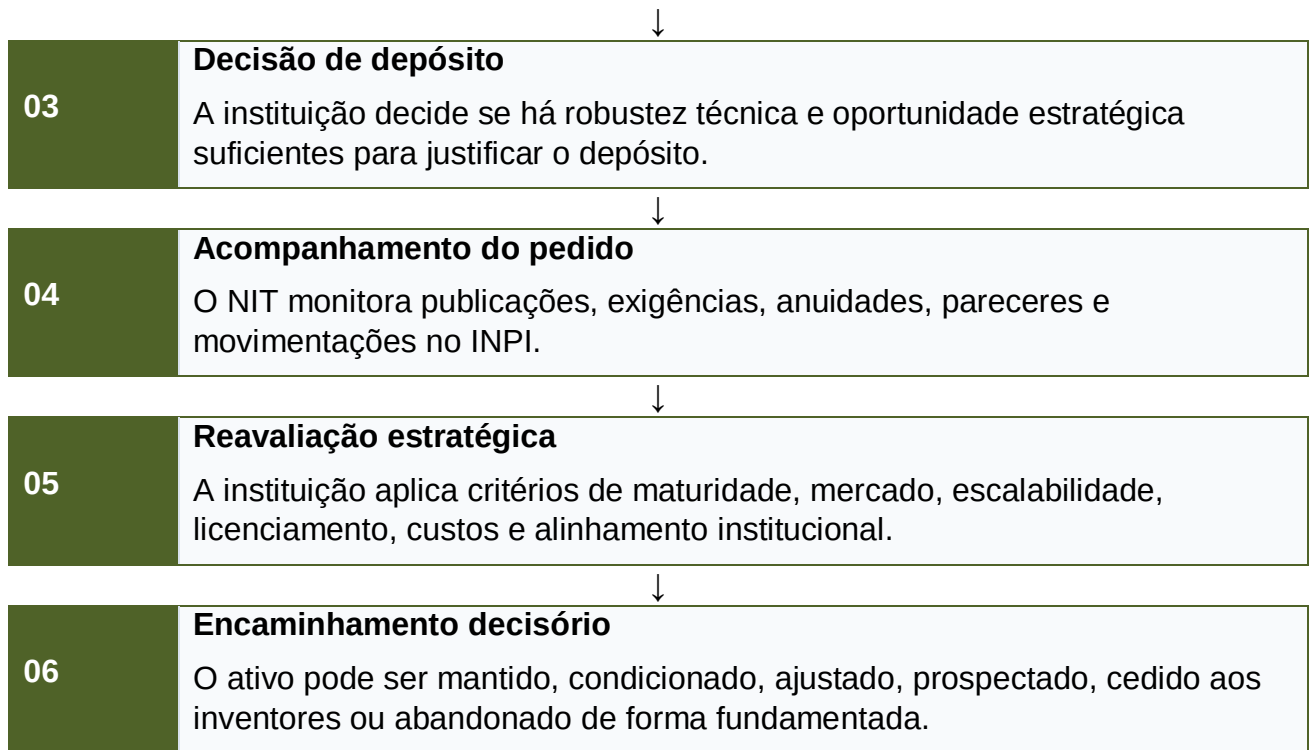
No caso da UFAM, o fluxo institucional vigente é funcional para a fase de entrada e tramitação dos pedidos, pois contempla a Declaração de Invenção, a análise de anterioridade, a verificação de requisitos formais e o protocolo junto ao INPI. Entretanto, o fluxo não explicita uma rotina estruturada de reavaliação periódica baseada em critérios de maturidade tecnológica, demanda de mercado, viabilidade econômica, potencial de licenciamento e aderência estratégica.

Risco de manutenção por inércia

Quando não há critérios e momentos formais de reavaliação, a universidade pode continuar investindo em pedidos com baixa viabilidade, reduzindo sua capacidade de priorizar tecnologias com maior potencial de transferência e impacto.

3.1 Ciclo crítico da patente universitária

01	Comunicação da invenção O inventor apresenta a Declaração de Invenção com descrição técnica, aplicação e informações iniciais sobre o desenvolvimento da tecnologia.
↓	
02	Triagem técnica e formal O NIT verifica suficiência descritiva, requisitos de patenteabilidade, busca de anterioridade e eventual necessidade de regularização junto ao SISGEN.



4. Diagnóstico do fluxo atual da UFAM

O fluxo atual da UFAM está estruturado para viabilizar o recebimento da Declaração de Invenção, a análise técnica inicial, a verificação de relação com patrimônio genético, a busca de anterioridade, a emissão de parecer e o depósito junto ao INPI. Essa estrutura atende às exigências legais e administrativas necessárias à formalização do pedido de patente.

A principal lacuna está na ausência de um mecanismo sistemático de reavaliação estratégica ao longo do ciclo de vida do ativo. O processo concentra-se na proteção formal e no acompanhamento administrativo, mas não estabelece, de maneira explícita, uma etapa recorrente para avaliar se a tecnologia permanece relevante, madura, transferível e economicamente justificável.

Dimensão analisada	Situação identificada	Risco gerencial
Critérios de depósito	Predominância de critérios técnico-formais e de patenteabilidade.	Depósito de tecnologias com baixa maturidade ou sem clareza de aplicação.
Suficiência descritiva	A análise existe de forma indireta, mas pode ser fortalecida como etapa formal.	Pedidos frágeis, com dificuldade de redação, exame ou defesa técnica.
Análise de mercado	Não aparece como etapa estruturada e obrigatória.	Baixa aderência a demandas reais e poucas oportunidades de licenciamento.

Reavaliação periódica	Não está formalizada no fluxo atual.	Manutenção de ativos por inércia e aumento de custos acumulados.
Decisão de abandono	Depende de situações administrativas ou avaliação pontual.	Fragilidade jurídica, baixa previsibilidade e pouca rastreabilidade.
Instância colegiada	Há previsão normativa para deliberação, mas o fluxo deve operacionalizar a etapa.	Risco de decisão concentrada ou sem documentação suficiente.

5. Painel do portfólio de patentes

A leitura do portfólio da UFAM deve funcionar como instrumento de gestão. Os percentuais não são apenas dados descritivos. Eles indicam onde estão os gargalos, quais etapas demandam atenção e quais decisões precisam ser qualificadas por critérios mais objetivos.

Situação do ativo	Percentual	Interpretação para a gestão
Patentes concedidas em titularidade exclusiva da UFAM	3%	Baixa conversão em ativos próprios juridicamente aptos à exploração exclusiva.
Patentes concedidas em cotitularidade	13%	Ativos com potencial de exploração, mas que exigem governança compartilhada.
Pedidos arquivados	30%	Maior sinal de descontinuidade processual e possível custo de manutenção improdutivo.
Pedidos indeferidos	18%	Indicam possíveis fragilidades de patenteabilidade, redação, estratégia ou suficiência técnica.
Pedidos com numeração anulada	17%	Sugerem problemas formais ou processuais que devem ser evitados na entrada do fluxo.
Pedidos em análise	18%	Estoque que exige monitoramento e reavaliação periódica.

Leitura executiva do portfólio

O portfólio não deve ser avaliado apenas pelo número de depósitos. A qualidade, a maturidade, o potencial de transferência, o custo de manutenção e a aderência à estratégia

institucional são elementos centrais para definir quais ativos devem permanecer sob proteção.

6. Matriz de risco e prioridade do portfólio

A matriz de risco e prioridade permite classificar os pedidos de patente de acordo com sinais de alerta e oportunidades. Ela deve ser utilizada como apoio à decisão, sem substituir o parecer técnico e a deliberação institucional.

Tipo de ativo	Sinal de alerta ou oportunidade	Encaminhamento recomendado
Pedido com baixo TRL e sem parceiro	Tecnologia ainda distante de aplicação e sem interesse externo identificado.	Condicionar à maturação ou recomendar abandono.
Pedido com bom TRL, mas sem demanda validada	Há robustez técnica, mas não há evidência de mercado ou usuário potencial.	Manter condicionado à prospecção e validação de demanda.
Pedido com parecer preliminar desfavorável	Risco técnico-jurídico elevado diante do estado da técnica.	Avaliar ajuste, limitação de escopo ou abandono.
Pedido com interesse empresarial documentado	Existência de empresa, parceiro ou usuário potencial.	Manter, priorizar e intensificar negociação.
Pedido com potencial social ou institucional relevante	Valor público relevante, mesmo sem retorno financeiro imediato.	Manter com justificativa estratégica documentada.
Pedido antigo sem movimentação, parceiro ou plano	Custo acumulado e baixa perspectiva de transferência.	Submeter à reavaliação imediata.

7. Ficha de Apoio à Decisão

A Ficha de Apoio à Decisão é o principal instrumento operacional deste RTC. Sua função é organizar informações mínimas e comparáveis sobre cada ativo, reduzindo assimetrias de informação e tornando mais transparente a decisão de manter, condicionar ou abandonar um pedido de patente.

Critério	Pergunta orientadora	Escala sugerida	Evidência mínima recomendada
Maturidade tecnológica, TRL	Em que estágio de desenvolvimento a tecnologia se encontra?	1 a 9	Relatórios, testes, protótipos, validações ou dados experimentais.
Grau de inovação	A solução se diferencia claramente do estado da técnica?	0 a 10	Busca de anterioridade, parecer técnico, comparação com soluções existentes.
Demanda potencial	Existe problema real e público interessado?	0 a 10	Contato com usuários, empresas, órgãos públicos, demandas setoriais ou evidências de mercado.
Escalabilidade	A tecnologia pode ser produzida, aplicada ou transferida em escala?	0 a 10	Estimativa de produção, insumos, infraestrutura, barreiras regulatórias ou produtivas.
Potencial de licenciamento	Há empresas, instituições ou parceiros potenciais?	0 a 10	Mapeamento de empresas, manifestações de interesse, reuniões ou acordos preliminares.
Viabilidade econômica	Há estimativa de custo, retorno, economia ou benefício gerado?	0 a 10	Estimativa de custo, preço, economia, investimento necessário ou modelo de exploração.
Alinhamento institucional	A tecnologia dialoga com prioridades da universidade e da região?	0 a 10	Aderência à política de inovação, bioeconomia, saúde, ambiente, desenvolvimento regional ou missão pública.

7.1 Classificação do resultado

Score final	Classificação	Encaminhamento
80 a 100	Alta prioridade	Manter, proteger, prospectar ativamente e acompanhar como ativo estratégico.
60 a 79	Prioridade condicionada	Manter por período definido, com exigência de plano de maturação, prospecção ou ajuste técnico.
40 a 59	Baixa prioridade	Reavaliar criticamente, solicitar evidências adicionais e evitar manutenção automática.
Abaixo de 40	Não prioritário	Recomendar abandono, cessão aos inventores ou encerramento fundamentado, conforme o caso.

Uso adequado da ficha

A ficha não deve ser vista como um formulário burocrático. Ela é um mecanismo de indução de cultura organizacional, pois obriga a instituição a explicitar quais evidências justificam a continuidade do investimento em proteção.

8. Fluxo institucional proposto

O fluxo institucional proposto incorpora pontos de decisão antes e depois do depósito, permitindo que a UFAM avance de uma lógica centrada na proteção formal para uma lógica de gestão estratégica do ciclo de vida do ativo.

Etapas	Responsável principal	Produto gerado	Decisão possível
1. Recebimento da Declaração de Invenção	DGI/NIT	Processo administrativo aberto	Prosseguir ou solicitar complementação.
2. Verificação de SIGEN	DGI/DCT	Registro, dispensa ou solicitação de regularização	Prosseguir ou devolver ao inventor para ajuste.
3. Análise de suficiência descritiva	DGI/especialista	Parecer técnico inicial	Prosseguir, complementar ou encerrar.
4. Busca de anterioridade	DGI	Relatório de busca	Prosseguir, ajustar escopo ou recomendar não depósito.

5. Aplicação da Ficha de Apoio	DGI/comissão técnica	Score decisório	Manter, condicionar ou não priorizar.
6. Depósito no INPI	DGI	Pedido protocolado	Acompanhar formalmente.
7. Busca e Opinião Preliminar	INPI/DGI	Relatório técnico preliminar	Manter, ajustar ou avaliar abandono.
8. Manifestação dos inventores	Inventores	Anuência, discordância ou justificativa técnica	Encaminhar à instância colegiada.
9. Deliberação institucional	CITEC ou instância competente	Decisão motivada	Manter, abandonar, ceder ou condicionar.
10. Reavaliação periódica	DGI/CITEC	Ficha atualizada e parecer de acompanhamento	Manter, prospectar, condicionar ou abandonar.

9. Critérios para manutenção, condicionamento e abandono

9.1 Quando considerar o abandono estratégico

O abandono estratégico deve ser considerado quando a manutenção do pedido de patente não se justifica diante das evidências técnicas, mercadológicas, econômicas ou institucionais disponíveis. Trata-se de uma decisão de gestão, e não de uma simples desistência. Seu objetivo é evitar a manutenção automática de ativos com baixo potencial de concessão, transferência, licenciamento ou impacto.

A decisão pode ser recomendada quando o pedido apresenta baixa probabilidade de concessão, fragilidades técnicas relevantes, ausência de diferencial claro em relação ao estado da técnica, baixo nível de maturidade tecnológica, inexistência de demanda identificada, ausência de parceiros potenciais ou custo de manutenção incompatível com o valor esperado do ativo. Também deve ser considerada quando não há engajamento dos inventores, quando a tecnologia não evolui ao longo do tempo, quando não há informações suficientes para sustentar sua continuidade ou quando o ativo deixa de estar alinhado às prioridades estratégicas da universidade.

O abandono deve ser sempre fundamentado, registrado e deliberado pela instância competente, com base em critérios objetivos e em documentação técnica. Quando possível, deve-se avaliar previamente a possibilidade de cessão dos direitos aos inventores ou a outros interessados, conforme as normas institucionais aplicáveis.

Assim, o abandono estratégico contribui para qualificar o portfólio, reduzir custos desnecessários, liberar capacidade operacional do NIT e concentrar esforços nos ativos com maior potencial de geração de valor, transferência de tecnologia e impacto institucional.

Critério	Indicador de abandono
Baixa maturidade tecnológica	TRL muito baixo, sem plano realista de evolução ou validação.
Ausência de mercado ou usuário potencial	Não há evidência de demanda, problema validado, empresas interessadas ou aplicação institucional.
Baixo diferencial competitivo	A solução não se diferencia de tecnologias existentes ou apresenta vantagem pouco demonstrada.
Fragilidade técnico-jurídica	Busca de anterioridade ou parecer preliminar indica baixa probabilidade de concessão.
Custo incompatível com o potencial do ativo	A manutenção consome recursos sem perspectiva de retorno econômico, social ou estratégico.
Ausência de engajamento dos inventores	Não há resposta, dados adicionais ou apoio técnico para evolução do pedido.
Inexistência de estratégia de transferência	Não há plano de licenciamento, parceria, escalonamento ou uso institucional.

9.2 Quando manter sob condição

A manutenção condicionada deve ser utilizada quando o ativo não reúne, no momento da avaliação, evidências suficientes para ser classificado como prioridade plena, mas também não apresenta elementos conclusivos que justifiquem seu abandono imediato. Nesses casos, a continuidade da proteção deve estar vinculada ao cumprimento de condições objetivas, prazos definidos e nova reavaliação técnica, mercadológica ou institucional.

Situação	Condição recomendada
Tecnologia promissora, mas sem validação de mercado	Realizar prospecção ativa com empresas, órgãos públicos ou usuários potenciais.
Boa base técnica, mas TRL ainda baixo	Elaborar plano de maturação tecnológica com metas e prazo definido.
Potencial social ou ambiental relevante	Documentar justificativa de impacto público e aderência à missão institucional.
Parecer técnico com ressalvas	Ajustar relatório descritivo, reivindicações ou escopo de proteção.
Interesse do inventor, mas pouca evidência externa	Solicitar dados complementares e demonstração mínima de aplicação.

9.3 Quando manter

A manutenção de um pedido de patente deve ser recomendada quando houver evidências suficientes de que o ativo possui relevância técnica, potencial de proteção, aderência estratégica e possibilidade razoável de gerar valor para a universidade, seja por licenciamento, parceria, aplicação institucional, impacto social ou fortalecimento da política de inovação. Nesse caso, a permanência no portfólio não decorre de inércia administrativa, mas de uma decisão fundamentada, rastreável e alinhada à gestão estratégica da propriedade intelectual.

Condição para manter o pedido de patente	Evidências esperadas	Justificativa para manutenção	Encaminhamento gerencial
A tecnologia apresenta alto grau de inovação em relação ao estado da técnica	Busca de anterioridade favorável, diferenciação técnica clara e parecer técnico positivo	A proteção se justifica porque a tecnologia apresenta novidade relevante e possibilidade de vantagem competitiva	Manter o pedido e acompanhar regularmente o trâmite no INPI
O pedido apresenta boa suficiência descritiva e robustez técnica	Relatório descritivo claro, reivindicações consistentes e possibilidade de reprodução da invenção por especialista da área	Um pedido tecnicamente bem estruturado aumenta a probabilidade de concessão e reduz riscos de exigências ou indeferimento	Manter e monitorar eventuais exigências técnicas do INPI
A tecnologia possui maturidade tecnológica compatível com aplicação futura	TRL intermediário ou alto, prova de conceito validada, protótipo, testes laboratoriais ou validação em ambiente relevante	A maturidade tecnológica indica que a invenção tem condições de avançar para desenvolvimento, escalonamento ou transferência	Manter e articular estratégias de amadurecimento e transferência
Há demanda potencial identificada para a tecnologia	Problema real claramente definido, setor de aplicação identificado, usuários potenciais ou necessidade institucional demonstrada	A existência de demanda aumenta a possibilidade de uso, licenciamento, parceria ou aplicação social da tecnologia	Manter e inserir o ativo em ações de prospecção tecnológica
Existem parceiros, empresas ou instituições potencialmente interessadas	Manifestação de interesse, tratativas preliminares, projetos cooperativos, contatos comerciais ou demanda setorial mapeada	O interesse externo sinaliza possibilidade concreta de transferência de tecnologia ou desenvolvimento conjunto	Manter e priorizar ações de negociação, vitrine tecnológica e aproximação com parceiros
A tecnologia possui potencial de licenciamento ou transferência	Aplicabilidade industrial, mercado identificado, possibilidade de exploração econômica ou uso por terceiros	O pedido pode gerar retorno institucional, econômico, social ou tecnológico para a universidade	Manter e elaborar estratégia de transferência tecnológica
A tecnologia está alinhada às áreas estratégicas da universidade	Relação com biodiversidade amazônica, saúde, sustentabilidade, bioeconomia, tecnologias	O alinhamento estratégico justifica a permanência do ativo mesmo quando o retorno econômico ainda não	Manter e vincular o ativo à política institucional de inovação

Condição para manter o pedido de patente	Evidências esperadas	Justificativa para manutenção	Encaminhamento gerencial
O pedido envolve tecnologia com potencial de impacto social, ambiental ou regional relevante	sociais, indústria regional ou prioridades institucionais Possibilidade de aplicação em políticas públicas, saúde, educação, meio ambiente, comunidades amazônicas ou desenvolvimento regional	está plenamente demonstrado A manutenção pode ser justificada pelo impacto público e pela missão institucional da universidade	Manter com registro da justificativa de impacto
O pedido apresenta perspectiva real de concessão pelo INPI	Pareceres favoráveis, ausência de anterioridades impeditivas, exigências superáveis ou andamento processual regular	A probabilidade de concessão fortalece a proteção jurídica e amplia o valor do ativo no portfólio	Manter e acompanhar prazos, anuidades e manifestações técnicas
O custo de manutenção é proporcional ao potencial do ativo	Custos de anuidades compatíveis com o estágio da tecnologia, potencial de transferência ou valor estratégico	A manutenção é racional quando o custo é justificável diante do potencial técnico, institucional ou mercadológico	Manter e registrar análise de custo-benefício
Há engajamento dos inventores no desenvolvimento da tecnologia	Inventores disponíveis para fornecer informações, apoiar ajustes técnicos, participar de prospecções ou dialogar com potenciais parceiros	O envolvimento dos criadores aumenta a chance de evolução tecnológica e transferência	Manter e envolver os inventores nas etapas de prospecção
O pedido compõe uma família tecnológica ou estratégia de proteção mais ampla	Relação com outros pedidos, know-how, software, desenho industrial, marca, segredo industrial ou projeto institucional maior	A manutenção se justifica porque o ativo integra uma estratégia mais ampla de proteção e valorização tecnológica	Manter dentro da estratégia de portfólio institucional
O pedido está vinculado a projeto financiado, parceria ou obrigação institucional	Editais, convênios, contratos, projetos de P&D, acordos de cooperação ou compromissos assumidos	A manutenção pode ser necessária para cumprir obrigações institucionais, preservar resultados ou proteger entregas de projetos	Manter e verificar cláusulas de propriedade intelectual aplicáveis
A tecnologia tem potencial para fortalecer a reputação institucional	Ativo associado a área de excelência, pesquisa de alta relevância, inovação de fronteira ou competência diferenciada da universidade	A manutenção contribui para demonstrar capacidade inovadora e qualificar o portfólio da instituição	Manter e divulgar em canais institucionais apropriados

Regra de governança

A decisão de abandono deve ser sempre motivada, documentada e colegiada. A ausência de orçamento pode acionar a análise, mas não deve ser o único fundamento da decisão.

10. Plano de implementação na rotina do NIT

A implementação do fluxo deve ser gradual, para permitir ajuste dos critérios, capacitação da equipe e construção de legitimidade institucional junto aos inventores e às instâncias deliberativas.

Fase	Prazo sugerido	Ação principal	Resultado esperado
Fase 1	0 a 3 meses	Validar a Ficha de Apoio com equipe técnica e gestores da PROTEC.	Instrumento calibrado para uso piloto.
Fase 2	3 a 6 meses	Aplicar a ficha em amostra representativa do portfólio.	Diagnóstico inicial de prioridade e risco.
Fase 3	6 a 9 meses	Ajustar pesos, critérios e limiares conforme áreas tecnológicas.	Matriz decisória mais aderente à realidade institucional.
Fase 4	9 a 12 meses	Formalizar o fluxo e a instância deliberativa competente.	Rotina incorporada à governança institucional.
Fase 5	Anual	Publicar relatório interno de gestão do portfólio.	Monitoramento contínuo, transparência e aprendizado institucional.

10.1 Papéis e responsabilidades

Ator institucional	Responsabilidade no fluxo
DGI/NIT	Aplicar a ficha, instruir processos, acompanhar o INPI e emitir parecer técnico.
Inventores	Fornecer informações técnicas, evidências de aplicação, contatos potenciais e justificativas de continuidade.
CITEC ou instância equivalente	Deliberar sobre manutenção, condicionamento, abandono ou cessão de direitos.
PROTEC	Coordenar a política institucional de inovação e supervisionar a gestão estratégica do portfólio.
Assessoria jurídica	Apoiar decisões com risco jurídico, cessão de direitos e formalização documental.
Setores de prospecção e parcerias	Mapear empresas, instituições, demandas públicas e oportunidades de transferência.

11. Produtos técnico-tecnológicos derivados do RTC

Produto	Descrição	Usuário principal
Fluxo institucional de gestão de patentes	Organiza as etapas de depósito, acompanhamento, reavaliação e abandono estratégico.	Gestor do NIT e PROTEC.
Ficha de Apoio à Decisão	Instrumento padronizado para avaliar maturidade, mercado, escalabilidade, licenciamento e viabilidade econômica.	Equipe técnica do NIT.
Matriz de risco e prioridade	Classifica ativos por sinais de alerta e oportunidades estratégicas.	Coordenação da PROTEC e instância deliberativa.
Painel de indicadores do portfólio	Monitora status, custos, concessões, arquivamentos, indeferimentos e ativos em análise.	Gestores institucionais.
Protocolo de abandono estratégico	Orienta decisões motivadas, rastreáveis e compatíveis com a política institucional de inovação.	CITEC, NIT e assessoria jurídica.

12. Recomendações ao gestor

1. Institucionalizar a reavaliação periódica do portfólio de pedidos de patente, com calendário, critérios mínimos e registro formal das decisões.
2. Adotar a Ficha de Apoio à Decisão como instrumento obrigatório antes do depósito e durante a vigência do pedido, especialmente antes de anuidades relevantes.
3. Estabelecer critérios mínimos para manutenção, condicionamento, cessão ou abandono, evitando decisões baseadas apenas na disponibilidade orçamentária.
4. Formalizar a deliberação sobre abandono em instância colegiada, com decisão motivada e possibilidade de manifestação dos inventores.
5. Criar um painel anual de indicadores do portfólio, incluindo status processual, custos, concessões, arquivamentos, indeferimentos, licenciamentos e tecnologias em prospecção.
6. Priorizar tecnologias com maior potencial de transferência, maturidade, diferenciação, impacto institucional e aderência ao desenvolvimento regional.
7. Capacitar a equipe técnica e os inventores sobre suficiência descritiva, estratégia de proteção, maturidade tecnológica, mercado e transferência de tecnologia.

13. Considerações finais

A principal contribuição deste Relatório Técnico Conclusivo é reposicionar a descontinuidade de pedidos de patente como prática legítima da gestão universitária de ativos intelectuais. A proposta não estimula o abandono indiscriminado, mas a decisão qualificada, documentada e alinhada à missão institucional.

Ao incorporar a análise de suficiência descritiva, a Ficha de Apoio à Decisão, a reavaliação periódica e a deliberação colegiada, a UFAM pode fortalecer a governança de seu portfólio, reduzir custos improdutivos, ampliar a qualidade dos ativos mantidos e aumentar as possibilidades reais de transferência de tecnologia.

A transição de um modelo predominantemente procedimental para uma lógica estratégica de gestão representa uma melhoria administrativa, mas também uma medida de responsabilidade pública. O investimento em propriedade intelectual deve ser direcionado aos ativos com maior potencial de gerar valor tecnológico, econômico, social e institucional.

Síntese final

O objetivo não é proteger menos. O objetivo é proteger melhor, manter com justificativa, abandonar com responsabilidade e concentrar esforços nos ativos com maior potencial de impacto.

Apêndice A. Modelo de Ficha de Apoio à Decisão

Este modelo pode ser aplicado antes do depósito, em momentos de reavaliação periódica ou diante de eventos críticos, como parecer preliminar desfavorável, vencimento de anuidades relevantes ou ausência prolongada de prospecção.

Campo	Informação a preencher
Identificação da tecnologia	Título, inventores, unidade acadêmica, área tecnológica e número do processo.
Situação processual	Não depositado, depositado, em análise, concedido, arquivado, indeferido ou outro.
Descrição resumida	Problema técnico, solução proposta e principal aplicação.
TRL	Indicar nível de maturidade e evidência correspondente.
Busca de anterioridade	Bases consultadas, principais documentos encontrados e diferencial identificado.
Mercado ou usuário potencial	Setores, empresas, órgãos públicos, comunidades ou usuários beneficiários.
Escalabilidade	Condições de produção, aplicação, reprodução ou implementação.
Potencial de licenciamento	Empresas mapeadas, contatos realizados, interesse demonstrado ou barreiras.
Viabilidade econômica	Custos estimados, recursos necessários, economia gerada ou potencial de receita.
Alinhamento institucional	Relação com áreas prioritárias, políticas institucionais ou impacto regional.
Recomendação técnica	Manter, manter condicionado, ajustar, ceder ou abandonar.
Justificativa	Fundamentação técnica, mercadológica, econômica e institucional da recomendação.

Apêndice B. Checklist para decisão de abandono

Pergunta de verificação	Sim/Não	Evidência ou observação
A tecnologia possui aplicação claramente demonstrada?		
Há evidência de demanda, usuário ou parceiro potencial?		
A tecnologia possui diferencial competitivo em relação ao estado da técnica?		
O TRL evoluiu desde o depósito ou desde a última reavaliação?		
Há plano de maturação, prototipagem ou validação?		
Há perspectiva realista de licenciamento ou uso institucional?		
O custo de manutenção é compatível com o potencial do ativo?		
Os inventores foram consultados formalmente?		
A decisão foi submetida à instância competente?		
A justificativa foi registrada no processo administrativo?		

Apêndice C. Modelo de parecer técnico para recomendação de abandono

1. Identificação do pedido de patente

Informar título, número do processo interno, número do pedido no INPI, inventores, unidade acadêmica, data de depósito e situação processual.

2. Histórico sintético

Descrever os principais eventos do pedido, incluindo depósito, publicações, exigências, pareceres, anuidades, manifestações dos inventores e ações de prospecção realizadas.

3. Análise técnica

Avaliar suficiência descritiva, grau de inovação, pareceres disponíveis, busca de anterioridade e riscos técnicos ou jurídicos associados à continuidade do pedido.

4. Análise mercadológica e de transferência

Registrar evidências de demanda, potenciais parceiros, setores de aplicação, interesse empresarial, barreiras de escalonamento e possibilidades de licenciamento.

5. Análise econômica e institucional

Avaliar custos de manutenção, necessidade de investimento adicional, aderência à política institucional de inovação e potencial de impacto para a universidade e para a sociedade.

6. Manifestação dos inventores

Registrar se houve anuência, discordância ou ausência de manifestação, com síntese dos argumentos apresentados.

7. Recomendação

Com base nos critérios analisados, recomenda-se: manter, manter condicionado, ajustar, ceder aos inventores ou abandonar o pedido, com justificativa objetiva e fundamentada.

Apêndice D. Indicadores mínimos para relatório anual do portfólio

Indicador	Finalidade gerencial
Número total de pedidos ativos	Dimensionar o portfólio sob responsabilidade do NIT.
Número de novos depósitos no ano	Monitorar entrada de ativos no portfólio.
Percentual de pedidos concedidos	Avaliar conversão em direitos efetivos.
Percentual de pedidos arquivados ou indeferidos	Identificar fragilidades na seleção e acompanhamento.
Custo anual com anuidades e taxas	Monitorar sustentabilidade financeira da proteção.
Número de tecnologias reavaliadas	Medir implantação da rotina de gestão estratégica.
Número de ativos mantidos condicionados	Acompanhar tecnologias que dependem de maturação ou prospecção.
Número de ativos abandonados com decisão motivada	Registrar descontinuidade estratégica e rastreável.
Número de tecnologias licenciadas ou transferidas	Medir resultado efetivo da política de inovação.
Número de manifestações de interesse ou negociações	Avaliar movimento de prospecção e aproximação com o mercado.

Referências

- BRASIL. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.
- BRASIL. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo.
- BRASIL. Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação.
- BRITO, E. V.; FAUSTO, D. A. Critérios utilizados por universidades públicas para o abandono de patentes e de pedidos de patentes não licenciados. Revista iPecege, 2015.
- FREITAS, F. K.; MAÇANEIRO, M. B. Proposta de modelo para avaliação de portfólio de pedidos e patentes de invenção na Universidade Federal do Paraná. Revista Inovação, Projetos e Tecnologias, 2019.
- GRUNER, R. Does anybody see what I see?: abandoned patents and their impacts on technology development. Journal of Intellectual Property and Entertainment Law, 2021.
- LEITE, R. A. S. et al. Portfolio evaluation of academic patent: a proposal to Brazil. Journal of Technology Management & Innovation, 2019.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Resolução nº 011, de 20 de outubro de 2023. Regulamenta a Política de Inovação da UFAM.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Modelagem dos processos de negócio da Pró-Reitoria de Inovação Tecnológica. Manaus: UFAM, 2023.
- ZIOMKOWSKI, P.; GONÇALVES, A. N.; MATEI, A. P. Critérios adotados por universidades públicas brasileiras para a manutenção ou o abandono de patentes. Cadernos de Prospecção, 2021.